



Anais da Assembléia

Nº 147

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 14 DE NOVEMBRO DE 1979

ANO V

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 140.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 14 DE NOVEMBRO DE 1979

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e David Federmann.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, devidamente apoiado, no seguinte teor. (Lê): Senhor Presidente.

Ouvida a Casa, REQUEIRO, na forma regimental, a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido ontem, nesta Capital, do Dr. ACCIOLY FILHO.

Se é lamentável para todo o Paraná a perda de um de seus mais destacados filhos, muito mais sentido é, para esta Casa, o desaparecimento do Dr. Accioly Filho. A esta Assembléia emprestou o ilustre paranaense, durante diversas legislaturas, o valor de seu trabalho e o brilho de sua inteligência e cultura. Aqui, notabilizou-se tanto na atividade plenária, como na ação interna em diversos órgãos técnicos. Político hábil e culto, neste legislativo presidiu e valorizou com sua direção firme, não só diversas Comissões, como o próprio Poder.

Também na esfera federal, deixa o Dr. Francisco Accioly Rodrigues da Costa Filho, um vazio de não fácil preenchimento. Deputado Federal e Senador, com a eficiência e brilho que sempre o caracterizaram, projetou seu nome com tanta intensidade que a resultante não poderia ser outra — era, ao morrer, um dos maiores nomes da política nacional.

Ao Dr. Accioly Filho não faltou, também, a consagração justa e merecida como mestre dedicado e jurista conceituado e dos mais acatados.

São as virtudes citadas, somadas a outras que ainda poderão ser arroladas, que justificam a homenagem que ora propomos à qual acrescentamos, ainda, o pedido de suspensão dos trabalhos, como homenagem final ao grande paranaense que nos deixa.

Sala das Sessões, em 14 de novembro de 1979.

(a) ERONDY SILVÉRIO

APOIAMENTO: Fabiano Braga Côrtes, Augusto Carneiro, João Mansur, Gilberto Carvalho, João Elísio, Domício Scaramella, David Federmann, Palácios, Cyro Martins e Nilso Sguarezi.

Em votação o requerimento. — **Aprovado.**

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 19, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia anunciada para hoje, marcando ainda, para o dia 20, terça-feira, a reinclusão de 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 145/79 — Orçamento Anual do Estado.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

9.ª LEGISLATURA, — 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 30.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e setenta e nove, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Senhor Deputado Ezequias Losso. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Sr. Deputado Augusto Carneiro, apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETOS DE LEI n.ºs 83/79 e 157/79; PROJETOS DE RESOLUÇÃO n.ºs 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120 e 121/79, e pelo Senhor Deputado José Antônio Del Ciel, foram relatadas as seguintes redações: PROJETOS DE LEI n.ºs 143, 144 e 147/79, e o PROJETO DE RESOLUÇÃO n.º 114/79, as quais foram aprovadas sem observação. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) EZEQUIAS LOSSO

Presidente

Lélío Guimarães Sotto Maior

Secretário

ATOS DA COMISSÃO EXECUTIVA:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 541/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,
RESOLVE:

Art. 1.º — Deduzir dos créditos alocados pelo Art. 3.º, do Decreto Legislativo n.º 204, de 09 de março de 1.979, no elemento, subelemento e item abaixo discriminado, os seguintes valores:

3.1.3.0 — SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	310.000
3.1.3.2. — OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	310.000
19 — Publicação e Propaganda	310.000
a — Presidência	80.000
b — 1.ª Secretaria	80.000
c — 2.ª Secretaria	80.000
m — Administração da ALEP	70.000

Art. 2.º — Acrescer nos créditos alocados pelo Artigo 3.º do Decreto Legislativo n.º 04, de 09 de março de 1979, no elemento, sublemento e item abaixo discriminado, os seguintes valores:

3.1.3.0 — SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	150.000
3.1.3.2 — OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	150.000
01 — Representação, Festividades, Recepções	
Hospedagens e Homenagens	150.000
a — Presidência	40.000
b — 1.ª Secretária	40.000
c — 2.ª Secretária	50.000
m — Administração da ALEP	20.000

DECRETO LEGISLATIVO N.º 542/79

I — Mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de JOSÉ CLÁUDIO LUZ, matrícula n.º 455, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude não se haver afastado do exercício de suas funções durante o sexto quinquênio compreendido entre 06 de outubro de 1974 e 06 de agosto de 1978, antecipado em razão da incorporação referente ao seu quinto quinquênio e das férias de 1974, 1975, 1976 e 1977, contadas em dobro;

II — retificar, "ex-officio", o Decreto Legislativo n.º 339, de 09 de abril de 1979, para ter a seguinte redação:

ITEM V — o adicional referente aos trinta (30) anos é a partir de 19 de dezembro de 1977, e não como lá constou;

ITEM VI — o adicional referente aos trinta e um (31) anos é a partir de 19 de outubro de 1978, e não como lá constou;

ITEM VII — o adicional referente aos trinta e dois (32) anos é a partir de 19 de fevereiro de 1979, e não como lá constou, antecipado em razão da incorporação referente ao sexto quinquênio, supra;

ITEM VIII — tornar sem efeito a concessão referente aos trinta e três (33) anos por motivo do Requerente ainda não ter completado o período aquisitivo para a concessão do benefício.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 543/79

I — retificar o Decreto Legislativo n.º 475, de 25 de setembro de 1967, para declarar que o tempo de 10 (dez) meses e 01 (um) dia, compreendido entre 20 de janeiro de 1960 e 21 de novembro de 1960, prestado ao Exército Nacional, contado em favor de SEBASTIÃO BUENO, matrícula n.º 576, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, é computado para todos os efeitos legais, e não como ali constou;

II — retificar o Decreto Legislativo n.º 486, de 29 de junho de 1977, para declarar que, em razão da incorporação, para todos os efeitos legais do tempo prestado ao Exército Nacional, a data para a concessão do benefício é a partir de 27 de maio de 1976 e não como constou no referido ato.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 09/11/79.

aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

DIRETORIA GERAL EDITAL CONCURSO PARA TAQUIGRAFO

De ordem da Comissão Executiva da Assembléia Legislativa, faço público que se acham abertas, pelo prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do presente Edital, as inscrições para o concurso destinado ao preenchimento de 02 (duas) vagas de taquígrafo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

CAPÍTULO I

Da Inscrição

- a) O candidato deverá apresentar-se junto ao Departamento de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no horário das 14:00 às 17:00 horas, exceto aos sábados, munido da Carteira de Identidade.
- b) No momento da inscrição, o candidato assinará o livro próprio, recebendo cartão de identidade, com a indicação de seu número de inscrição, sem o qual não terá ingresso no recinto onde se realizarão as provas, juntamente com a Carteira de Identidade.

CAPÍTULO II

Das Provas

- 1) As provas do concurso constarão de:
 - a) Português
 - b) Taquigrafia
 - c) Datilografia
 - d) Conhecimentos Gerais
- 2) A prova de português constará de correção de discurso ou trecho de discurso com o mínimo de vinte e cinco (25) linhas, impressas, cujo ponto será sorteado no momento e onde tenham sido propositadamente incluídos erros. Será eliminado o candidato que obtiver nota inferior a 50.
- 3) As provas de taquigrafia e datilografia serão em número de três, obedecendo à seguinte ordem:
 - a) Apanhamento taquigráfico, durante dez minutos, de ditado feito a 100 palavras por minuto, seguindo-se a tradução datilografada, com prazo de decifração de duas horas. Será eliminado o candidato que obtiver nota inferior a 60. Limite de erros, 8%;
 - b) Apanhamento taquigráfico, durante cinco minutos, de ditado feito à velocidade de 120 palavras por minuto, seguindo-se a tradução datilografada, com prazo de decifração de uma hora. Limite de erros, 10%;
 - c) Apanhamento taquigráfico de discurso do plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com tempo e prazo de tradução a critério da Comissão Diretora.
- 4) A prova de conhecimentos gerais constará de perguntas ou testes sobre fatos históricos, políticos e econômicos.
- 5) Em todas as provas serão computados os erros de português.
- 6) Tratando-se de concurso de provas para a primeira investidura de carreira, a todas elas se submeterão os candidatos, independente de títulos ou diplomas que possuam.

CAPÍTULO III

Dos Critérios de Julgamento

- 7) O julgamento da prova de idioma pátrio obedecerá ao seguinte critério: o candidato que corrigir todos os erros incluídos no trecho, obterá 100 pontos;

por erro não corrigido ou cometido, perderá tantos pontos quantos resultarem da divisão de 100 pelo número de erros incluídos no texto, multiplicando o quociente pelo número de erros não corrigidos ou cometidos.

8) Para a contagem de erros nas provas técnicas, cuja decifração será feita obrigatoriamente à máquina, usar-se-á a seguinte norma:

a) Cada palavra omitida, acrescida ou substituída, com alteração de sentido — 1 erro;

b) cada palavra omitida, acrescida ou substituída, sem alteração de sentido — meio erro;

c) Erros de português, conforme a gravidade, a critério dos examinadores — meio erro, um erro ou mais dois erros;

d) no caso de concorrência de erros (por exemplo, omissão de cinco palavras e substituição por três palavras erradas, computar-se-á o número maior de erros);

e) os erros em mais de uma palavra contar-se-ão uma vez, desde que sejam conseqüentes.

9) Para o julgamento final, as provas terão os seguintes pesos: Português — peso 2; primeira prova de taquigrafia — peso 1; segunda prova de taquigrafia — 4; prova de plenário — peso 2; prova de conhecimentos gerais — peso 1.

A média total será obtida mediante a divisão por 10 das notas parciais, multiplicadas pelos seus respectivos pesos.

10) Só será habilitado o candidato que obtiver nota mínima de 70 em taquigrafia, 50 em português, 50 em conhecimentos gerais e a média global mínima de 64.

CAPÍTULO IV

Das Realizações das Provas

11) A chamada dos candidatos será feita, pontualmente, à hora marcada,

12) Antes da entrada no recinto, cada candidato assinará a lista de comparecimento.

13) Será obrigatório, em todas as provas, o uso da ortografia oficial (Lei n.º 5.765, de 18/12/71).

14) Adotar-se-á, para sigilo do julgamento, processo que impeça a identificação das provas, as quais deverão, para isso, oferecer o mesmo aspecto material.

15) Atribuir-se-á nota zero à prova que apresentar sinal, expresso ou convenção que possibilite a sua identificação.

16) Não haverá segunda chamada para qualquer das provas, seja qual for o motivo alegado para justificar a ausência do candidato.

17) A prova de português será manuscrita, à tinta, devendo o candidato comparecer munido de caneta-tinteiro ou esferográfica, com tinta azul. O emprego de outras cores ou lápis-tinta, importará em desclassificação.

18) O apanhamento das provas de taquigrafia será feito exclusivamente pelo processo manual à lápis ou à tinta. Ao candidato é lícito utilizar-se do sistema de sua preferência e de bloco próprio. A decifração será feita obrigatoriamente à máquina, fornecida pela Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

CAPÍTULO V

Disposições Gerais

19) A inscrição do candidato implicará na aceitação das condições do concurso, nos termos em que se acham estabelecidas.

20) Em caso de empate na classificação geral, o desempate será feito pela melhor nota obtida na prova de português.

21) As provas, após o julgamento pela Comissão, serão postas à disposição dos candidatos, pelo prazo improrrogável de três dias, para que sejam examinadas na Divisão de Taquigrafia da Assembléia Legislativa do Estado, podendo recorrer do julgamento à Comissão Diretora, formulando as reclamações que entenderem no ato da vista.

22) Os recursos, depois de apreciados pela Comissão, serão submetidos à Comissão Executiva, a quem caberá a decisão final.

23) O candidato que se retirar do recinto durante a realização da prova estará automaticamente excluído do concurso.

24) É de dois anos o prazo de validade do presente concurso, a contar da data de sua homologação pela Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

25) Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Diretora.

26) As provas deverão ser realizadas nos dias 30 de novembro, com início às 14:00 horas, e dia 1.º de dezembro, com início às 9:00 horas, no recinto da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08 de novembro de 1979

(a) ANTÔNIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN
Diretor Geral